

A DEMANDA PELA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO ASSENTAMENTO PEDRO RAMALHO – MUNDO NOVO –MS.

Introdução

A decisão pelo trabalho monográfico surgiu durante o desenvolvimento das aulas da disciplina de Geografia Agrária, do curso de licenciatura em geografia, quando em especial foi estudado os Movimentos Sociais no Campo. Nas discussões em sala de aula sobre as dificuldades, as lutas e possíveis propostas de melhoria de vida dos camponeses desprovidos da terra (os excluídos), verificou-se a necessidade de uma análise mais aprofundada, que contemplasse a compreensão das concepções dos valores e objetivos da identidade camponesa.

Dessa forma, observou-se algumas necessidades para permanência, bem como preservação da identidade camponesa. Dentre estas necessidades, destaca-se a educação, já que a falta de uma escola voltada para campo pode futuramente comprometer a continuidade das lutas, e também em garantir que para as crianças e jovens a sua identificação com valores e vivências no meio rural.

Assim sendo, logo foi delimitada a área de estudo, o “Assentamento Pedro Ramalho”, localizado ao longo da Br 163, entre o km 0 ao 8, no município de Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso do Sul. O assentamento foi formado a partir da desapropriação das terras para interesse social da fazenda Mamboré IV, considerada improdutiva segundo a avaliação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na qual atualmente foram assentadas 83 famílias.

Nesse contexto, frente a grandes dificuldades no assentamento, iniciaram-se algumas das reivindicações, bem como os projetos sugeridos pelos assentados, dentre eles destacando-se a implantação de uma escola, pois até o primeiro semestre de 2006, mais de 100 alunos se deslocavam diariamente para as escolas situadas em na área urbana do município de Mundo Novo.

Assim, para o desenvolvimento deste trabalho monográfico, foi feito por meio de questionários, o levantamento de informações de doze famílias assentadas para a identificação dos alunos matriculados nas escolas e também relatar sobre o processo de luta para a implantação da escola. Foi também analisado o projeto de educação do campo dos movimentos sociais, pois está relacionado ao assentamento Pedro Ramalho, no qual se procurou compreender e analisar os objetivos desta concepção pedagógica voltada ao campo. Posteriormente, foram coletadas informações em forma de depoimentos de representantes locais de órgãos públicos pela implantação de programas e de uma escola voltada à educação no campo.

Desta forma, o estudo das lutas dos movimentos sociais voltados para uma educação do campo permite também a tratar das identidades culturais camponesas, suas lutas e organizações políticas, caracterizadas principalmente pela resistência e pela sua organização de trabalho.

Assim, inicialmente foi abordada a proposta de educação dos movimentos sociais e seus principais objetivos, como esta proposta pode ser implantada eficientemente, de modo que possa cultivar e preservar uma identidade camponesa. Implícita no projeto de educação do campo dos movimentos está a valorização e cultivo de diferentes saberes camponeses, articulando-se a uma prática que leve a emancipação humana, pois de modo geral, a concepção de educação campo, tem como princípio fundamental no processo de transformação social.

Em um segundo momento, tratou-se sobre os principais avanços das lutas do Assentamento Pedro Ramalho, desde os enfrentamentos do acampamento até as atuais lutas, assim como a relação desta com o desenvolvimento da educação no assentamento.

E finalmente, foi abordado sobre as concepções pedagógicas e de escola dos próprios assentados. Para isso foram coletadas informações por meio de questionários e depoimentos dos assentados, quando foram identificados os alunos matriculados e também o processo de luta para a implantação da escola no assentamento. Foi tratado também neste a necessidade e implantação de políticas públicas pelo poder público municipal em prol de uma educação do campo no Assentamento Pedro Ramalho.

I - A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A educação vai se colocando cada vez mais como uma das chaves indispensáveis para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, inclusive como um caminho para o desenvolvimento. Dessa forma, o resgate da importância da educação como processo formativo do ser humano tem constituído um movimento de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, inclusive o campo brasileiro tem despontado com experiências educativas inovadoras envolvendo os Movimentos Sociais, ONG's, Poder Público Municipal e Estadual e Escolas de formação Sindical.

A proposta de educação dos movimentos sociais diferencia-se das propostas estabelecidas da cultura hegemônica, que trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, tradicionais, pré-científicos, pré-modernos, etc. Visto que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, não reconhecem as especificidades do campo.

Assim, a educação defendida pelos movimentos sociais está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano, a luta por uma transformação social e econômica, pois como coloca Caldart “Tratar de educação no Movimento é tratar da escola, ainda que um conceito e uma significação bastante diferenciados em cada momento de sua história” (CALDART, 2004, p.223.).

A idéia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). No processo da construção dessa idéia foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo, tendo como precursora a 1ª Conferência Nacional por Uma Educação do Campo, realizada em 1998.

As experiências construídas pelos movimentos camponeses e organizações afins, por meio do Pronera¹ (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), promoveram a construção da identidade de escola do campo, na qual estabeleceu-se uma concepção e princípios que a sustentam e a fundamentam, e principalmente, é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: assentados, ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos, extrativistas, etc.

Desse modo, a educação do campo defendida pelos movimentos sociais, deve ser uma educação específica e diferenciada, que visa num sentido mais amplo o processo de

¹O Pronera é uma política do Governo Federal Brasileiro, executada pelo Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como objetivo ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores e trabalhadoras assentados da reforma agrária. O Programa tem se tornado um relevante instrumento de democratização do conhecimento no campo, já que propõe e apóia projetos de escolarização formal em todos os níveis de ensino. Esses projetos usam metodologias voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos. (acessado em: out. 2006)

formação humana, ou seja, consiste numa ação educativa desenvolvida junto às populações que vivem ou trabalham no mundo rural, como é colocado nos objetivos do movimento MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por exemplo:

- 1- Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2- A terra é um bem todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
- 3- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4- Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, político, social e cultural;
- 5- Difundir valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a igualitária da mulher. (MST, Disponível em: www.mst.org.br. 03 de set. de 2006.).

Com base nessa reflexão, os movimentos sociais trabalham com o conceito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em que a escolarização não é toda a educação, mas um direito social fundamental a ser garantido, para todos seja no campo ou na cidade².

Esta concepção, ainda é composta por diretrizes específicas que procuram adequar o projeto das escolas do campo a realidade rural brasileira, possibilitando não só o direito à igualdade ao acesso a escola, como também o respeito às diferenças, pertinentemente amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96

“Art.28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”:

I-Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II-Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III-Adequação à natureza e as condições do trabalho na zona rural.”.

(cee@p r.gov.brdis 15 de out. de 2006.)

A educação do campo do mesmo modo deve compreender que os sujeitos possuem histórias, participam de lutas sociais, sonham, têm gêneros, raças e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertencimento a terra e nas formas de organização solidária. A partir desta análise,

² Art. 1º LDB: “A Educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”

...os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção do espaço físico simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. O currículo precisa incorporar essa diversidade, assim como tratar dos antagonismos que envolvem os modelos de agricultura...Incorporar não somente ao currículo, mas ao cotidiano da escola, a cultura da justiça social e da paz é tarefa fundamental para um projeto político de educação do campo que se pretenda emancipatório.
(RAMOS. 2004. p. 37),

Outro princípio desta educação do campo está voltado à valorização dos diferentes saberes, que articulada enquanto formadora de um projeto de emancipação humana, saiba resgatar e valorizar os conhecimentos que os pais, os alunos, as comunidades possuem e pode construir, a fim de possibilitar a construção do conhecimento, através do diálogo entre os saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento e os saberes historicamente construídos por estes.

Neste sentido, o princípio do processo educativo, não se coloca como ferramenta na construção do conhecimento, mas como uma postura diante da realidade camponesa.

Os elementos que transversalizam os currículos nas escolas no campo devem ser a terra, o meio ambiente, a democracia, a resistência e a renovação das lutas e dos espaços físicos, assim como questões sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas. Ou seja, a educação do campo é um meio de formação que nasce do compromisso em reconhecer os sujeitos, recuperar sua identidade como trabalhador ou trabalhadora do campo, o campo como espaço vivido, de dar visibilidade a diferentes vozes e experiências, na valorização humana e do respeito à diferença, enfim criar alternativas de construção de um outro tipo de conhecimento e de uma prática independente.

Neste sentido, adquire importância a ampla participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção dos planos estaduais e municipais, de modo que a identidade do campo na sua complexa diversidade esteja articulada aos projetos pedagógicos da escola. Segundo Caldart

A Educação do Campo se constitui na década final do século XX, como uma luta dos Movimentos Sociais do Campo pelo direito à educação e pela construção de um sistema público de educação que garanta o acesso do povo brasileiro que trabalha e vive do campo a uma educação escolar de qualidade; também como um conjunto de práticas pedagógicas que se referenciam e ao mesmo tempo ajudam a construir um projeto de campo e um projeto de educação desde os interesses sociais e as necessidades de formação da classe trabalhadora do campo, e gestados desde o ponto de vista e a trajetória de luta social dos movimentos sociais camponeses. (CALDART. 2005, p.11)

Pautado nesta concepção abrangente, os movimentos sociais não desejam substituir o Estado nos acampamentos e assentamentos, e também da necessidade de escolarização das crianças, jovens e adultos, mas procuram formas de viabilizar escolas nesses espaços. Assim,

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART. 2002 p.11)

Enfim, como esclarece Kolling et al (1999, p. 29), a educação do campo “seria a proposta de uma educação básica que assumisse, de fato, a identidade do meio rural, não só como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo” que relacionados a políticas públicas, princípios, concepções e métodos pedagógicos assumem um novo horizonte aos que trabalham e lutam pela terra.

O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no e do campo, e para mobilização popular em torno de um outro projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência camponesa, constituindo a expressão, e aos poucos o conceito de Educação do Campo. Pressupondo, então, da origem da Educação do Campo, verifica-se as propostas fundamentais na construção do projeto político pedagógico da educação do campo, claramente definido, pois

São propostas fundamentais na construção do projeto político pedagógico da educação do campo: a formação humana vinculada a uma concepção de campo, a luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação, um projeto de educação dos e não para os camponeses, os Movimentos Sociais como sujeitos da Educação do Campo, um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura, bem como a valorização da formação dos educadores e a escola como um dos objetos principais da educação do campo. (CALDART. 2004, p.4),

Segundo autora, por meio da implantação destas propostas nas escolas do campo, será possível o cultivo de algumas características camponesas, através das quais permitiram, não só a vivência de relações sociais no campo, mas também a construção de uma visão de mundo, o cultivo e a conservação de identidades, bem como a socialização e produção de diferentes saberes, que se constituem em idéias, em posturas e comportamentos, habilidades diferenciadas, enfim, ao mundo do trabalho e da cultura.

- A EDUCAÇÃO E A IDENTIDADE CAMPONESA

Quando se discute a educação do campo se estará tratando de uma educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, as nações indígenas, sejam os diversos tipos de trabalhadores vinculados à vida no meio rural.

Dessa forma, ao estudar os movimentos sociais camponeses torna-se imprescindível à análise de uma consciência de classe unificada, ou melhor, de uma identidade.

Logo, Bock et al ainda complementa que ‘a mudança nas situações sociais, a mudança na história de vida e nas relações sociais determinam um processo contínuo na definição de si mesmo.’ (1995, p.137). Neste sentido, a identidade do indivíduo deixa de ser algo estático e acabado, para ser um processo contínuo de representações do ser humano no mundo,

a denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências. A identidade é a síntese pessoal de si-mesmo, incluindo dados pessoais (cor, sexo, idade), biografia (trajetória pessoal), atributos que os outros lhe conferem, permitindo uma representação a respeito de si”. Este conceito supera a compreensão do homem enquanto conjunto de papéis, de valores, de habilidades, atitudes, etc., pois compreende todos estes aspectos integrados – o homem como totalidade – e busca captar a singularidade do indivíduo, produzida no confronto com o outro. (BOCK, et al.1995, p.136-137),

Dessa forma, quando Fernandes (2002, p.286) afirma que “uma organização que atue em diferentes espaços ao mesmo tempo, tendo uma participação conjunta, é característica fundamental para uma organização sócio política e de territorialização” possibilita uma melhor compreensão da concepção de uma classe, na qual a base fundamental dessa formação é uma identidade coletiva, no caso da classe camponesa, um dos vínculos é a modo de produção dos pequenos trabalhadores ligados à vida no meio rural.

Para Martins (2003), esta identidade sempre esta atrelada a características fundamentais, que a diferencia das demais. Desse modo, na classe social camponesa apresentam-se algumas particularidades tais como laços comunitários (de vizinhança, de religião, entre outros), de resistência, de luta pelo acesso e permanência a terra, de produção para subsistência, bem como o trabalho familiar, portanto,

O característico camponês trabalha com a família, não é um trabalho individual. Além disso, o característico camponês não é patrão, não compra força de trabalho de outrem, não paga salário.É em momentos especiais ou excepcionais do processo e produção, como na colheita, o camponês pode precisar de trabalho adicionais com urgência, para evitar a chuva por exemplo, que a chuva molhe ou destrua a colheita. (MARTINS. 2003. p. 63)

Dessa forma, a força do trabalho familiar é característica básica e fundamental da classe da produção camponesa, pois segundo Oliveira (1996. p.61) “a propriedade familiar não é a propriedade de quem explora o trabalho alheio. É pois, terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de

exploração.” De modo geral, a concepção de camponês está relacionada à evolução acerca da luta pela terra, atualmente manifestadas nas reivindicações, nos enfrentamentos. Embora um dos elos fundamentais que une os diferentes segmentos de trabalhadores rurais, seja a luta pela posse da terra, sendo uma das características desta classe, esta não se constitui como única reivindicação, já que a expropriação é também uma exploração cultural, social e política. A terra se constitui, assim, como um dos elementos fundamentais para se entender as propostas de luta e de resistência dos trabalhadores rurais, contudo, o caráter transformador nessa proposta está na sua reafirmação social, cultural, política e econômica,

As lutas camponesas geralmente não lutas de transformação social. São lutas contra o perecimento, são lutas pela preservação da condição camponesa, são lutas contra a conversão da terra em instrumento direto ou indireto do capital. São lutas de reconhecimento do caráter transformador da acumulação de capital no seu contrário, na destruição social que a acumulação também promove. (MARTINS. 2003, p. 84)

Assim, através dessas lutas coordenadas verifica-se o objetivo central da classe social camponesa, ou seja, a conservação de uma consciência política e ideológica, nitidamente cultivado no conceito geral de grupo, ou melhor, de comunidade. Senso que

A consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. É uma consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que se faz parte desde sempre, desde o nascimento. (MARTINS, 2003. p 75)

Portanto, o processo de formação de identidade camponesa (autoconsciência de quem é e com o que ou quem se identifica), de vínculos coletivos e sociais, faz parte de um processo de aprendizado humano indispensável. Contudo para que este seja efetivado é necessário, além da convivência familiar e de suas relações, uma construção escolar que permita não só a sua identificação, mas como parte do processo, como agente político e ideológico.

Neste sentido, ao analisar o processo educacional e a formação de uma identidade política dos movimentos sociais propõe que:

As identidades se formam nos processos sociais. O papel da escola será tanto mais significativo se ela estiver em sintonia com os processos sociais vivenciados pelos seus educandos e educadores, e se ela mesma consegue se constituir como um processo social, cumprindo a tarefa da socialização de que tratamos antes, capaz de ajudar a construir e fortalecer identidades. (CALDART. 2004, p.11)

Pensando a intencionalidade política e pedagógica da Educação do Campo, a educação escolar poderá ajudar a construir/reconstruir e fortalecer valores, dando ênfase na cultura, identidade, modo de vida, enfim na conservação de uma consciência camponesa. Logo, auxiliará no enraizamento e na transmissão destes valores, costumes a gerações futuras, possibilitando assim, a valorização do trabalho e da luta destes na sociedade.

Assim,

A escola pode ajudar os educandos e as educandas a perder a vergonha de ‘ser da roça’; a aprender a ‘ser camponês’, e a ‘ser de Movimento Social’; a aprender a valorizar a história dos seus antepassados, tendo uma visão crítica sobre ela; e a aprender do passado para saber projetar o futuro. (CALDART. 2004. p. 13)

Certamente a escola não consegue realizar por si mesma e ou isoladamente um tipo de aprendizado como este, mas se ela entrar neste movimento pedagógico e ajudar a construir este tipo de convicção e de sentimento, desde a infância, certamente estará prestando um grande serviço à humanidade, a classe camponesa.

Caldart coloca também que é uma das funções da escola:

Trabalhar com os processos de percepção e de formação de identidades, no duplo sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma (autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica), e de trabalhar os vínculos das pessoas com identidades coletivas, sociais: identidade de camponês, de trabalhador, de membro de uma comunidade, de participante de um movimento social, identidade de gênero, de cultura, de povo, de Nação... (CALDART. 2002. p.12))

Como as identidades se formam nos processos sociais, a educação voltada ao campo, proporciona o cultivo desta, já que respeita e ao mesmo tempo ajuda a reconstruir os valores, os modos de vida. Permite também, o fortalecimento da auto-estima, especialmente na conservação da memória, da cultura e dos valores em grupo, assim como no processo de enraizamento, que são possíveis através da produção e permanência de vínculos culturais, enfim na construção de utopias sociais, através de um processos de transformação social.

II- O ASSENTAMENTO PEDRO RAMALHO

No dia vinte de março de 1999, aproximadamente 200 famílias, procedente das diferentes regiões, principalmente os municípios de Mundo Novo-Ms e de Guairá-Pr, do Brasil, e de Salto Del Guairá, Paloma e Catuetê, do Paraguai, armaram acampamento ao longo da BR-136, entre o km 0 ao 8, no município de Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso do Sul. Lutavam pela desapropriação de uma área improdutiva de 1.888 ha da Fazenda Mamboré IV.

Ligado a Fetagri- Ms, o movimento armaram seus barracos nas margens da rodovia, pois sabiam que caso invadissem a fazenda, e fossem para o enfrentamento, muitos deles seriam violentamente espancados ou mesmo mortos, por jagunços, ou hipoteticamente seriam expulsos do local através de ordem judicial.

De acordo com o Assentado Paulo César Mariano da Mata, esse número expressivo de famílias no acampamento foi estratégia do movimento, pois possibilitaria uma maior força no enfrentamento contra lideranças contrárias e evidenciaria a luta empreendida por toda a região, causando a mobilização dos diferentes órgãos governamentais, instituições públicas e privadas, além de políticos e de proprietários rurais e comerciais, enfim de toda a sociedade.

Inicialmente, quando os acampados armaram seus barracos de lona ao longo da Br, existiam dificuldades incalculáveis, o calor e frio excessivo, chuvas e tempestades, devido ao característico clima local, a falta de água, de saneamento básico adequado, falta de escola para as crianças, falta de postos de saúde, e principalmente carências na alimentação, muitos passaram até fome, já que não podiam sair do acampamento para trabalhar.

Para amenizar essas dificuldades, os acampados organizadamente faziam pedágios na rodovia, paravam carros, ônibus e caminhões para pedir auxílio financeiro, na maioria das vezes não eram atendidos, sendo até criticados ou agredidos verbalmente. Logo, um barracão de lona foi armado, na qual eram feitos suas reuniões e confraternizações, sendo considerado como o centro de luta do acampamento.

Com a precária situação em que estes se encontravam, com uma luta incansável pelo acesso a terra, e agora a luta pela sobrevivência, alguns líderes do movimento buscaram auxílios dos diferentes segmentos da sociedade, na qual obtiveram alguns resultados, como é o caso, por exemplo, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma), que providenciou a distribuição de cestas mensais de alimentos. A prefeitura de Mundo Novo distribuiu lonas, quando necessário, auxiliou no transporte intermunicipal e interestadual dos acampados para participar de reuniões, bem como no recolhimento e na apresentação imprescindível de documentações aos órgãos competentes, e especialmente no atendimento urgente a saúde, como relata o Assentado Paulo César Mariano da Mata,

(...) o INCRA mandava cestas básicas, mas eram alimentos estragados, com a data de validade vencidos, velhos, o feijão, por exemplo foi apelidado no acampamento de *feijão bala*, porque quase que tivemos que *'derrubar quase que toda a árvore das redondezas* pra cozinhar. Ficava horas no fogo, e continuava duro. Já a Dorcelina ajudou e muito, quando tinha tempestade ela distribuía lona pra todos os acampados, dava o transporte para a gente viajar, para as reuniões e também pra levar documentação em Dourados, em Campo Grande, em Brasília, em qualquer lugar. E também quando alguém tava doente ela também ajudava. (Paulo César Mariano da Mata . - Assentado - 04/11/2006)

Após, seis meses de luta na beira da estrada, quando o movimento já estava estabelecido no local, algumas dessas famílias acampadas foram retiradas do local, sendo instaladas em outros acampamentos dos diversos estados do país, pois como dito anteriormente, o número de acampados era demasiadamente excessivo para ser assentado numa área que não comportava todos os acampados.

Ainda com aproximadamente 140 famílias no acampamento, esses buscaram o seu fortalecimento, bem como enraizamento no local através da implantação de algumas medidas, tais como a criação de “duas turmas” de ensino fundamental, na qual as aulas eram ministradas por duas professoras da cidade contratadas pela prefeitura. Realizavam um vitorioso trabalho, pois as aulas eram ministradas no barracão de reuniões, na qual num

mesmo espaço físico, possuía dois quadros-negros, um para cada docente ministrar aula, e muitas carteiras e assentos de madeira para os alunos se acomodarem. Frequentavam as aulas aproximadamente 25 alunos, na qual ainda estavam sendo alfabetizados.

E também, ao redor dos barracos de lona, começaram a plantar mandioca, milho, feijão, etc, e a criar animais para o consumo, em prol de uma caracterização e de um pertencimento ao lugar. Em seguida, em suas lutas diárias, conseguiram através da prefeitura municipal leite da merenda escolar para crianças, materiais escolares e uniformes para os alunos do acampamento, transporte escolar para os alunos em idade escolar mais avançados, entre outras.

Outro grande problema enfrentado foi à violência provada por pessoas que infringem as leis, e que “sempre são frequentadoras assíduas de fronteiras”, pois o assentamento fica localizado próximo a divisa entre dois Estados (Paraná e Mato Grosso do Sul) e dois países (Brasil e Paraguai). Além deste, há também o perigo constante da rodovia, que diariamente passam milhares de caminhões e automóveis, em sua grande maioria em alta velocidade, causando enormes acidentes, inclusive em trechos bem próximos ao acampamento.

Após, quatro anos de incansáveis lutas, os acampados conseguiram a posse da terra em 30 de janeiro de 2004. Mas, apenas oitenta e três famílias foram assentadas sendo estas escolhidas conforme cadastro (documentações e as entrevistas realizadas pelo INCRA), na qual cada família ficou com um lote de aproximadamente seis alqueires, sendo que,

só pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA todo trabalhador rural sem terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de Reforma Agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos, ...Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendem aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção. (www.incra.com.br . 02/11/2006)

- AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS PELOS ESTADOS NA EDUCAÇÃO NO CAMPO

A luta dos assentados é por uma escola voltada para a educação e a vida no campo, diferenciada, que atenda as expectativas e as necessidades destes, que através de um ensino de qualidade estabeleça políticas de desenvolvimento sociais, econômicos e culturais para a comunidade do assentamento. Enfim, busca-se vincular a educação no campo a manutenção, a valorização e o respeito aos movimentos sociais e a classe trabalhadora rural. Além disto,

“dentre os setenta e oito municípios do Estado de Mato Grosso do Sul o município de Mundo Novo é o que tem a menor área em extensão territorial no perímetro rural, ficando impossibilitado de qualquer mobilização quanto à prefeitura a nível Estadual, de solicitação de implantação de uma escola, com recursos estaduais no Assentamento.” (Informação Verbal)³

³ Entrevista: Nildo Gomes da Silva, assessor representante do Secretário Municipal de Educação do Município de Mundo Novo Valdenir Malheiros de Castro

Portanto, por ser de menor custo financeiro, é feito o transporte escolar, cujo sistema adotado já é realizado a mais de 10 anos, antes mesmo da instalação do acampamento no município de Mundo Novo.

Dessa forma, como dito anteriormente, o município disponibiliza diariamente, nos três períodos de aula (matutino, vespertino e noturno) carros escolares (tipo ‘Combi’, da Volkswagem e um ônibus, todos em péssimas condições) para os alunos, onde também fazem o transporte de outros alunos e professores, moradores na zona rural do município. Assim, a prefeitura em representação a Secretaria de Educação, preocupa-se em realizar diariamente o transporte escolar. Contudo, no primeiro semestre de 2006, surgiram muitos problemas com transporte, pois o ônibus não passava no interior do assentamento, somente em pontos isolados, de acordo com as respectivas disponibilidades das vias rurais, de tal modo que quando chovia os carros não transitavam em vias sem asfaltamento.⁴

Logo, para solucionar o problema, foram determinado vários pontos escolares próximo a Br- 163, ou no acostamento da mesma.

Entretanto por estes pontos ficarem distantes das casas dos alunos, em alguns casos quilômetros, já que em sua maioria estes estudantes são crianças, diversas reivindicações foram realizadas pelos pais do assentamento, uma vez que no dia de chuva à distância os impossibilitavam de se deslocarem ao ponto, e também pelo perigo constante do tráfego pesado na Br –163.

Como freqüentemente os alunos ficavam sem aula, foi realizada uma reunião entre líderes e pais do assentamento e a Secretaria de Educação, na qual através da ‘pressão’ da comunidade assentada, ficou decidido em acordo que a Secretaria iria disponibilizar carros maiores (ônibus) na qual possibilitasse o tráfego desses veículos no interior do Assentamento, e mais, não haveria mais pontos, o motorista deveria buscar cada aluno em sua casa.

Quando indagado ao assessor, se a educação realizada nas escolas situadas em área urbana do município de Mundo Novo, auxiliaria ou interferiria na vida e na cultura dos camponeses do assentamento, este coloca que

“Não acredito que a educação na cidade, voltada ao urbano, trará futuro para os filhos dos agricultores. Mas se tais agricultores permitem que seus filhos vão estudar no perímetro urbano, é porque vantagens existem. Deve ser pelos incentivos em que prefeitura realiza em cursos de informática e de esporte nas escolas. Contudo, acredito que seja melhor que estes alunos estudem em escolas agrícolas”. (Informação Verbal)⁵

Assim, a educação no campo defendida pelos assentados, deve permitir não só o estudo na identificação e a compreensão de alguns programas de implantação dessa concepção pedagógica, mas também em verificar as possibilidades desta concretização no Assentamento Pedro Ramalho, além de identificar e interpretar as lutas promovidas pelos assentados ao longo dessa trajetória. Portanto, cria-se a necessidade de uma análise mais aprofundada, como colocada anteriormente, que possibilite o reconhecimento das concepções de educação do campo, correspondente aos valores e os objetivos de uma

⁴ O transporte realizado pela prefeitura, era feito através de contratação de serviços terceirizados. Assim as empresas responsáveis pelo transporte, alegavam a impossibilidade de trânsito nas vias rurais no dias de chuva, pois o carro utilizado fica sem estabilidade no barro, além de não ter tração suficiente para transitar na solos encharcados.

⁵ Entrevista: Nildo Gomes da Silva, assessor representante do Secretário Municipal de Educação do Município de Mundo Novo Valdenir Malheiros de Castro .

educação voltada a uma identidade camponesa, em especial para o Assentamento Pedro Ramalho.

Nessa perspectiva, políticas públicas do Estado são necessárias para a implantação das escolas no campo, pois efetivação deste é necessário alguns incentivos, tanto na confecção e fornecimento dos materiais pedagógicos, como na infraestrutura e na capacitação de professores, caso contrário fica inviável tal concretização.

Quando indagados no questionário sobre os incentivos e apoios de órgão locais competentes, os assentados de modo geral colocam que

“Sempre fomos recebidos quando vamos a prefeitura ou a qualquer secretaria, é claro que nem sempre nossas reivindicações são atendidas, mas mesmo com um governo de oposição, acredito que temos apoio das lideranças locais. Por exemplo, quando vamos a Secretaria de Educação prontamente o Nildo (assessor do secretário de Educação) nos recebe e na maioria das vezes nos apóiam, buscando solucionar o problema.” (Informação verbal)⁶

Assim sendo, em entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Mundo Novo- MS, com assessor Nildo Gomes de Silva representante do Secretário da Educação Valdenir Malheiros de Castro observa-se que apesar de mais de cem alunos se deslocar diariamente para as escolas situadas em na área urbana do município de Mundo Novo, a Secretaria não vê a viabilidade de implantação de uma escola no assentamento, pois isto a prefeitura não tem condições de ‘custear’ gastos com a construção de uma escola, que posteriormente terá gastos com sua manutenção e com a contratação de profissionais (professores, secretárias, zeladoras, etc).

Após a essas conquistas, em meados de setembro, líderes do assentamento buscaram em reuniões com representantes locais a implantação de uma pequena escola no assentamento, na qual inicialmente teriam apenas duas salas de aulas, seriam para as das crianças menores (de 6 a 10 anos), e para a alfabetização de jovens e adultos.

No período matutino, seriam ministradas aulas para duas turmas (1ª e 2ª série), no período vespertino para mais duas turmas (3ª e 4ª série), e finalmente no noturno para jovens e adultos. Como o gasto em infra-estrutura na implantação da escola será irrisório para a prefeitura, e o terreno será cedido pelo assentamento, estes acreditam que brevemente serão atendidos.

Quanto aos professores que irão ministrar as aulas, ficou de responsabilidade dos líderes do Assentamento, sendo inviável o transporte deste para o assentamento, contudo não terão muitas dificuldades, pois há no assentamento estudantes em cursos do Magistério e no Ensino Superior, principalmente nos cursos de Matemática e Ciências Biológicas.

Outro incentivo é o apoio dos representantes religiosos da comunidade assentada, que através de reuniões e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), buscam auxiliá-los com palestras, informações e propostas de soluções, visando à melhoria de vida destes camponeses na agricultura.

Conseqüentemente, acreditam que através destas pequenas conquistas, logo conseguirão a implantação de uma educação voltada ao campo no Assentamento.

-CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶ Entrevista: Paulo César Mariano da Mata, atual presidente do Assentamento Pedro Ramalho.

Em decorrência de todo o contexto histórico do Assentamento Pedro Ramalho, a luta desses trabalhadores rurais sem terra, as conquistas, como também a construção de novo processo de transformação social - que valorize a vida e a permanência no campo - verifica-se a que o movimento mostrou que ao se organizarem coletivamente, a luta não só por terra, mas por todos os seus direitos relacionados à cidadania, dentre os quais destaca-se a educação.

Entre esses inúmeros desafios e conquistas, está a luta por uma educação do campo, e a da implantação de uma escola no assentamento. Entretanto, essa luta não é apenas por uma a educação do campo defendida pelos movimentos sociais, deve ser uma educação específica e diferenciada, que visa num sentido mais amplo o processo de formação humana, ou seja, consiste numa ação educativa desenvolvida junto às populações que vivem ou trabalham no mundo rural. Uma educação que possibilite uma identificação e o conhecimento de sua realidade camponesa, que atendam as expectativas e as necessidades destes, e principalmente que seja um ensino de qualidade, que estabeleça políticas de desenvolvimento social, econômico e cultural para a comunidade do assentamento. Um projeto em que os alunos, os assentados, participem como sujeitos de sua transformação social.

Enfim, que a educação dos movimentos sociais, em especial do Assentamento Pedro Ramalho, seja o caminho que levará a uma sociedade mais justa.

Nessa perspectiva, algumas medidas ainda são necessárias para a implantação das escolas do e no campo, como por exemplo, investimentos financeiros, enfim, políticas públicas para a implantação das escolas no campo, como também no incentivo e adequação das mesmas.

Sendo assim, ficam as indagações: o investimento em escolas do campo são realmente elevados? A não implantação é unicamente pela insuficiência de recursos financeiros? A realização de transporte escolar é mais adequado?

Na esfera federal, a educação está presente em dois instrumentos legais, de base jurídica. O primeiro é o constitucional. Nele a educação é colocada como um direito social de todos. É instituída uma cultura de autonomia e colaboração entre as diferentes instâncias do governo, o princípio da gestão democrática e da participação popular.

O segundo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1996, trata-se da lei que regulamenta a educação escolar, deixando claro as competências de cada nível de governo na oferta e na afirmação do direito à igualdade e o respeito à diferença, inclusive na adequação das normas à realidade do campo, abrindo caminho para a elaboração das diretrizes operacionais. Assim, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reconhecem explicitamente a existência de um sistema federal e dos sistemas estaduais e municipais de ensino, face aos objetivos da educação escolar.

Contudo, poucos são os resultados quanto ao atendimento educacional, assim como as reivindicações realizadas em todo Brasil, claramente verificado nas lutas dos assentados do Pedro Ramalho. Como foi verificada nesta pesquisa, a implantação de tais propostas torna-se 'inviável' a medida em interesses políticos são considerados, e também pelo fato de que muitos de nossos governantes desconhecem que a educação é parte de um processo humano, cujos resultados interferem diretamente nas diferentes relações sociais, na qual o ser humano está inserido.

Entretanto, o que se verifica é que apesar das dificuldades, das divergências de interesses e de concepções, os movimentos sociais, em particular os camponeses, estão diariamente na luta em prol de uma educação diferenciada, das quais algumas já foram alcançadas, dentre elas está a capacitação de professores numa educação voltada ao campo, a construção de uma concepção pedagógica, a implantação, bem como a

manutenção de uma escola em diversos assentamentos, de materiais pedagógicos adequados, entre outros.

Assim, através da continuidade da luta e da organização comunitária do Assentamento Pedro Ramalho, verifica-se a possibilidade da implantação desta proposta, cuja pesquisa que o ser humano quando levado à conscientização dos fatos é capaz de lutar por uma coletividade, por um bem maior, por uma sociedade melhor, enfim por enxergar e acreditar em uma transformação social.

-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Unicamp. 1998. 275 p.

ARROYO, M. G., Caldart, R. S. e Molina, M. C. (org.) **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

_____, FERNANDES, B. M. **Por uma educação básica do campo: A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Peres, 1999.90 p.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Por uma educação básica do campo: Projeto popular e escolas do campo**. 2ª ed. Brasília, DF: Peres, 2001. 95p.

_____. et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva. 1995, 319 p.

CALDART, R. S. **Educação em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Por uma educação no campo: traços de uma identidade em construção**. In. _ : **Por uma educação básica do campo**. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

_____. **Por uma educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília, 2002.

_____. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo** - Artigo ano 2 - número 2 – 2004

_____. **A escola do campo em movimento**. Currículos sem fronteiras, vol 3, n 1, p. 66-81. jan/jun de 2003.

_____. **O MST e a formação dos Sem Terra: o Movimento Social como princípio educativo**. Revista Estudos Avançados 15 (43), Instituto de Estudos Avançados, USP, 2001.

CADERNOS ITERRA. Instituto de Educação Josué de Castro. **Projeto Pedagógico**. Veranópolis-Rs: Peres. Ano 1, nº 2, 2001. 31 p.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Legislação. Disponível em: cee@pr.gov.br. 15 de out. de 2006

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS. **Ministério da Educação** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/index.php?ctuid=7610&scid=134>. 20. Acessado em: out. de 2006

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DOMS. Disponível em: www.fetagrims.gov.br. Acessado em: 31/10/2006

FERNANDES, B. M. **Educação no meio rural: Por uma escola do campo**. Unesp, 1998.

KOLLING, E. J. et al. (org.). **A educação básica e o movimento social do campo: Por uma educação básica do campo**. Brasília, DF: Peres, 1999. 100 p.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes. 2003. 228 p.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A.(org). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo: Por uma educação do campo**.Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. 130 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. Disponível em: www.mst.org.br. 03 de set. de 2006

OLIVEIRA, A. U. de. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB- São Paulo, nº 72, 1994.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Contexto.1996. 164 p.

_____. **Movimento social como categoria geográfica.** Revista Terra Livre. São Paulo, nº 15, 2000. p. 59-86.

RAMOS, M. N., et al (Coord.).Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. **Caderno de Subsídios.** Brasília, 2004. 48p., 3 de junho de 2003

STÉDILE, J.P. **Questão agrária hoje.** Porto Alegre, RS: Ed. Universidade, 1994. 322 p.